

ANEXO I

METAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE PENÁPOLIS NOS DIFERENTES CAMPOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Todas as ações voltadas ao desenvolvimento econômico do município: indústria, agricultura, pecuária, comércio, serviços e turismo.

1. Efetuar estudos para criação de um porto hidroviário no Ribeirão Bonito.
2. Criação de um porto seco entre as rodovias SP 300 e SP 425.
3. Criar sistema de distribuição de gás aproveitando a estação de pressurização do Gasoduto.
4. Realizar estudo de viabilidade para implantação do Armazém do Alcool.
5. Realizar recadastramento dos comerciantes informais objetivando futura adequação.
6. Adequar o espaço da economia informal.
7. Implementar o plano de desenvolvimento rural sustentável finalizado em 2005.
8. Cadastrar, de forma obrigatória, todos os produtores rurais do município na secretaria de agricultura ou CAT.
9. Criação de uma central de comercialização e apoio técnico ao produtor rural.
10. Incentivar a aplicação efetiva das linhas de crédito do governo federal ao produtor rural.
11. Incentivar a criação de cooperativas para o produtor rural integrando o Colégio Agrícola, barracão do produtor voltadas para a Agricultura Orgânica.
12. Amparo municipal, financeiro, para capacitação de mão-de-obra objetivando criação de cooperativas e assim, amenizar o desemprego .
13. Otimizar as cooperativas existentes em especial aquelas subsidiadas pela Prefeitura Municipal .
14. Promoção de campanhas de conscientização do consumidor para importância da emissão de notas fiscais.
15. Flexibilizar a lei de uso e ocupação do solo para que algumas indústrias possam se estabelecer fora do Parque Industrial.
16. Rever os critérios de incentivos fiscais às indústrias do município.
17. Reunir empresários para debater e canalizar recursos de forma a viabilizar um potencial econômico para o município.

POLÍTICAS SOCIAIS. Todas as ações voltadas às políticas sociais como: educação, saúde, cultura, esportes, segurança e assistência social.

1. Buscar órgãos estaduais e federais de capacitação (SENAI, SEBRAE e SENAC).
2. Realizar programa de capacitação de mão-de-obra em geral.
3. Ampliar o apoio à micro e pequena empresa utilizando cursos universitários existentes na área de administração e gestão.
4. Criar no Colégio Técnico Agrícola um centro de capacitação ao produtor rural.
5. Buscar parceria entre a Prefeitura e a CEETEPS para novos cursos técnicos.
6. Priorizar investimentos na saúde preventiva.
6. Informatizar o Sistema Municipal de Saúde.
7. Viabilizar análises laboratoriais de forma a melhorar um controle de qualidade da produção e comercialização de alimentos.
8. Fomentar as instituições de ensino técnico e superior à gestão participativa.
9. Implantação de disciplinas alternativas como dança, arte, teatro, xadrez, etc. no sistema municipal de ensino.
10. Criar lei municipal que disponha sobre o tombamento de prédios históricos.

11. Criar oficinas de artesanato.
12. Realizar estudos para a implantação de uma Guarda Municipal.
13. Buscar a descentralização dos equipamentos de segurança (Polícia Militar e Resgate).
14. Criar dispositivo legal obrigando que os novos loteamentos já tenham equipamentos para a segurança pública.
15. Incrementar a fiscalização do poder público sobre o uso abusivo de drogas lícitas e sobre o uso indevido das drogas ilícitas nas festas e eventos que ocorrem no município.

MEIO-AMBIENTE. Ações voltadas para o meio ambiente, mesmo que integradas a infra-estrutura urbana ou saneamento.

1. Criar programa de incentivo da Responsabilidade Sócio-Ambiental das empresas estabelecidas no município.
2. Fomentar a criação de novos espaços na Mídia para tratar de assuntos referentes ao Meio Ambiente.
3. Conhecer técnicas alternativas de manejo de solo, ambientalmente correto, que estejam sendo desenvolvidas em outras regiões.
4. Aumentar o número de máquinas e empregados do Consórcio do Ribeirão Lajeado de forma a otimizar o trabalho desenvolvido pelo mesmo.
5. Elaborar o Código de Meio Ambiente do Município, fortalecendo a Secretaria Municipal de Agricultura, abastecimento e Meio Ambiente.
6. Implantar a Agenda 21.
7. Criar diretrizes para expansão urbana de forma a garantir a proteção de nascentes e outros recursos hídricos.
8. Mapear os remanescentes de áreas nativas (Reserva Legal) e criar legislação de preservação das mesmas.
9. Criar Zona de Proteção na Bacia do Ribeirão Lajeado, a montante da Captação.
10. Buscar parcerias entre o Setor Público e o Produtor Rural de forma a valorizar a necessidade de preservação das APPs.
11. Elaborar um plano de arborização urbana.
12. Implantar o programa “ADOTE UMA PRAÇA”.

INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO. Ações ligadas à infra-estrutura urbana, ou rural, indispensáveis ao desenvolvimento.

1. Padronização de “out door”, placas e demais equipamentos de publicidade, com apoio técnico do CREA, e ainda criar legislação que normatize o assunto.
2. Criar um programa de manutenção preventiva dos equipamentos e prédios públicos
3. Aumentar o número de fiscais municipais de forma a melhor fiscalizar a legislação.
4. Cumprir a Lei de Acessibilidade iniciando pela adequação dos próprios municipais.
5. Criar cadastro e emplacamento de veículos de tração animal e bicicletas.
6. Mudar os pontos de charretes na área central.
7. Viabilizar o financiamento de aquisição de máquinas e equipamentos para a Prefeitura Municipal.
8. Elaborar estudo técnico sobre as verdadeiras necessidades de infra-estrutura do Parque Industrial e de viabilização de seu financiamento.
9. Criar dispositivo legal de forma a garantir que o crescimento urbano ocorra em áreas já adotadas de infra-estrutura.
10. Implantar o imposto progressivo.

11. Alterar o plano diretor de forma a garantir que os empreendedores de novos loteamentos entreguem as praças urbanizadas.
12. Alterar o plano diretor revendo os corredores comerciais e de serviços incômodos.
13. Retirada da linha férrea da área central.
14. Revitalização do espaço ao longo da linha férrea com hortas e canteiros de flores.
15. Efetuar a limpeza das áreas da linha férrea e emitir cobrança.
16. Viabilizar o anel viário.
17. Realizar estudos para implantação de trajeto alternativo para ligação da vicinal Armando Egreja e a rodovia SP-300.
18. Pavimentação do acesso ao ETE João Jorge Geraissate, pela rodovia SP-425
19. Construção de pontes sobre o Córrego Maria Chica de forma a garantir a interligação de ruas interrompidas.
20. Municipalizar o trânsito e criar um centro de educação para o trânsito.
21. Contratar engenheiro de tráfego.

SANEAMENTO AMBIENTAL. As ações voltadas para os serviços de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana.

1. Elaborar estudo técnico para verificar alternativas para o abastecimento urbano.
2. Dotar a infra-estrutura de saneamento com geradores para evitar danos com a falta de energia elétrica.
3. Substituir os emissários e redes de água antigas.
4. Desenvolver ações para minimizar o impacto ambiental causado pela situação do saneamento rural.
5. Disponibilizar áreas rurais próximas à zona urbana para implantação de bolsões de recebimento de entulhos.
6. Construção de espaço para armazenamento de embalagens tóxicas, pneus, baterias e outros, em parceria com as fábricas e revendedores.
7. Implantar a Usina de Reciclagem de resíduos da construção civil.
8. Implantar Usina de Compostagem.
9. Elaborar o plano de drenagem urbana.
10. Criar Lei que estabeleça critérios para o reuso de águas pluviais.

GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Todas as ações voltadas à legislação e gestão do uso e ocupação do solo (tanto urbano quanto rural).

1. Criar banco de dados que integre as políticas municipais de forma a garantir maior eficácia.
2. Desenvolver ações que levem a integração das diferentes secretarias municipais e suas ações.
3. Integrar o serviço de engenharia com o de vigilância sanitária de forma a otimizar o controle sobre as construções e a comercialização de alimentos.
4. Formar parcerias com órgãos de classe objetivando a fiscalização e a orientação técnica dos diversos programas desenvolvidos pelo município.
5. Rever os critérios de composição e participação da sociedade civil organizada na composição dos Conselhos Municipais.
6. Transformar os Conselhos Municipais de consultivos para deliberativos.
7. Fortalecer os Conselhos Municipais, ampliando as suas atribuições legais.
8. Criar programa de fortalecimento da sociedade civil nos conselhos municipais através de ações de capacitação.
9. Criar a Casa do Conselho com infraestrutura adequada e suporte administrativo.
10. Capacitar os agentes públicos municipais objetivando melhor atendimento à população.

ANEXO II - DOS TERMOS TÉCNICOS E SEUS CONCEITOS

1. Zonas são porções do território do Município, delimitadas por Lei e caracterizadas pela sua função social específica;
2. Áreas são porções das Zonas, definidas por Lei e caracterizadas pelo seu uso ou função específica;
3. Área construída é a soma das áreas de todos os pavimentos de uma edificação;
4. Afastamento é a distância horizontal da face externa das edificações às divisas;
5. Coeficiente de aproveitamento é o quociente entre a área construída e a área do lote ou terreno;
6. Taxa de ocupação é o quociente entre a área da projeção horizontal da edificação e área do lote ou terreno;
7. Coeficiente de permeabilidade é o quociente entre a área não pavimentada ou construída, capaz de permitir a infiltração das águas pluviais e a área do lote ou terreno;
8. Potencial construtivo de um lote ou terreno é a área passível de nele ser construído, aplicando-se o coeficiente de aproveitamento;
9. Habitação de interesse social é aquela destinada a população que vive em condições de habitabilidade precária ou afere renda familiar inferior a 3 (três) salários mínimos;
10. Solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado é o lote ou terreno desocupado, sem utilização por atividade social ou econômica, sem edificações, apresentando coeficiente de aproveitamento igual ou inferior ao mínimo estipulado no Plano Diretor;
11. Corredores de circulação são as faixas constituídas pelos lotes lindeiros, de cada lado da rede de vias principais urbanas, destinados preferencialmente aos usos associados a veículos ou geradores de grande volume de tráfego.